

APRESENTAÇÃO DO LIVRO “REVISITAR GOA, DAMÃO E DIU” NA EVOCAÇÃO DOS 50 ANOS DA INVASÃO DO ESTADO DA ÍNDIA PORTUGUESA - SHIP

25 DE JANEIRO DE 2012

GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

O Livro Revisitar Goa Damão e Diu que hoje aqui apresentamos, editado em 10 de Maio de 2010 integrando as conferências feitas em Setembro e Outubro de 2006, no Forte do Bom Sucesso e no Instituto de Estudos Superiores Militares, promovidas pela Liga dos Combatentes e o Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar, teve uma tiragem de 750 exemplares e ao fim de ano e meio encontra-se praticamente esgotado. Foram um êxito as conferências e foi um sucesso o Livro. De facto não se trata de uma opinião ou uma visão dos acontecimentos mas de análises e relatos históricos de protagonistas e de vários testemunhos e estudos dos acontecimentos de Dezembro de 1961 na Índia. Para além disso constituiu um livro motivador de novos testemunhos e após a sua publicação e o aproximar da data evocativa do cinquentenário dos acontecimentos, novos livros têm surgido e novos testemunhos têm sido escritos. Desde que sou Presidente da Liga dos Combatentes, tenho apoiado a causa dos ex-prisioneiros da Índia. A própria sede da Associação que os representa está sediada na sede da Liga dos Combatentes.

No passado dia 15 de Dezembro, estive presente na cerimónia presidida pelo senhor Ministro da Defesa Nacional, a convite do senhor Diretor da Biblioteca Nacional, na entrega, pela família, do arquivo do General Vassalo e Silva à Biblioteca Nacional. Em 18 de Dezembro, estive a convite do senhor Almirante Chefe de Estado-maior da Armada, numa cerimónia de homenagem aos marinheiros mortos em combate durante a invasão do Estado Português da Índia, pela União Indiana. O Vice-Presidente da Liga dos Combatentes Major-General Aguda esteve também na Missa promovida pela ANPG em Homenagem aos militares caídos na Índia Portuguesa. A Liga dos Combatentes tem-se sempre associado à causa dos combatentes ex-prisioneiros de guerra da Índia. O que referi no dia 19 de Dezembro junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar na cerimónia evocativa do cinquentenário da invasão, serviu de orientação para o que vos vou transmitir hoje. O ano de 2011 sublinhou uma efeméride especial da vida dos portugueses e do destino de Portugal. Decorreram 50 anos sobre aquele nefasto acontecimento que marcou as nossas vidas e deu início à queda do Império português e por isso marcou também a História de Portugal. A História da nossa e das gerações futuras de Portugal.

O ano de 2011 foi sem dúvida um ano de profunda reflexão sobre o que foi a guerra global travada pelas Forças Armadas ao serviço de Portugal, sob a orientação e decisão política de então, com as consequências drásticas conhecidas. Reflexão e evocação do esforço da Nação portuguesa e das suas Forças Armadas em vários Teatros de Guerra, numa dimensão global: - Angola, Índia, Guiné e Moçambique.

Não houve país no mundo, em que as suas Forças Armadas se tivessem que empenhar sucessiva e simultaneamente, em 4 teatros de operações, naquele espaço de tempo, a dezenas de milhares de Km da sua base da retaguarda política e logística. Estamos ainda hoje, de facto, num período de partilha de memórias e é, no momento, o então Estado da Índia Portuguesa, o espaço estratégico da reflexão. Os narradores principais e mais fidedignos dos acontecimentos, têm por isso sido soldados de Portugal. Atores que simplesmente descrevem momentos que misturam a esperança e as certezas da vida, com as dúvidas e a desilusão, a coragem com o medo, o amor pátrio com a revolta, a vontade de cumprir um dever, com a incapacidade sua e de quem os rodeia, para o fazerem, a raiva corajosa com a cobardia obrigatória.

A vida e a morte entrelaçam-se, com o sentimento de uma hora marcada sem glória, a contrariar o seu profundo sentimento de soldados que se sentem com moral para se baterem, mas a quem não são dados os meios bélicos mínimos para combater e se lhes exige que morram pela Pátria, até à fome e à falta de munições, donde apenas poderão sair vitoriosos ou mortos. Mesmo nessas condições Soares Anjos, soldado em Diu, descreve no seu diário, a admiração pelo seu comandante, que lhe manda em momento crítico içar a Bandeira Nacional sem quaisquer honras militares, dizendo-lhe “Vai içar a bandeira que aqui ainda é Portugal”, e passa depois pela situação mais dramática que em guerra um militar pode sofrer, a de prisioneiro de guerra, desabafando nesse diário: “O primeiro espetáculo que se deparou aos meus olhos, foi o dos aviões a bombardearem desumanamente a Bandeira das Quinas, aquela que umas horas antes havia içado”, continuando: - “O bombardeamento continuava em massa. Já não eram militares, já não eram homens, já não eram portugueses os que se encontravam ali metidos. Chorava-se não com o medo da morte, mas de raiva por ter que morrer ali cobardemente”.

E mais tarde a 24 de Dezembro relata: “Diu foi atacado por terra, mar e ar no dia 18 de Dezembro de 1961, e eu, nesta data tão triste, véspera de Natal, encontro-me vivo e são. Estou encarcerado na cela n.º 19 da Ex-penitenciária da Índia em Diu. Nesta mesma cela estiveram presos grandes criminosos. Agora encontro-me eu e outros militares, expiando o crime de termos defendido dentro das nossas possibilidades o retalho de terra portuguesa com o nome de Diu. Mas acima de tudo e contra tudo o que eu imaginei, estou vivo”. Ao transcrever estas passagens das primeiras páginas de um diário de um soldado, que em 1961 se encontrava na Índia e onde revela patriotismo e disponibilidade para o combate, interrogo-me quanto ao que fez desbaratar este estado de espírito de entrega tantas vezes revelado pelo soldado português ao longo da História. Não me parece que errarei muito se disser que foi uma incoerência política e uma estratégia diferenciada para o extenso território português de então, para além de alguns erros das chefias locais na preparação e condução das operações. Inicialmente os discursos políticos pareciam estar de acordo com a própria constituição, onde se definia o território nacional de Minho a Timor, uno e indivisível, cabendo às Forças Armadas também elas ao longo desse todo território nacional, a sua defesa. Foi por isso que os sucessivos

comandos militares, desde o fim dos anos quarenta, foram estabelecendo planos de defesa até aos planos Gralha e depois Sentinela, todos eles admitindo uma fase de retardamento e depois uma fase de defesa do território.

É assim que em 22 de Julho de 1955 num comunicado da Presidência do Conselho de Ministros, Salazar afirmava “ A nossa total compreensão e firme desejo de viver em paz e amizade com a União Indiana não têm sido compreendidos, nem tido mais favorável resposta que dizerem-nos dever a questão ser pacificamente resolvida. Entendamo-nos. Se por “questão de Goa” se entender a transferência para a União Indiana da soberania sobre os territórios portugueses da Índia, é seguro que a questão não se resolverá por meios pacíficos.” Fazia um ano sobre o ataque da União Indiana a Dadrá com os primeiros mortos da nossa parte. Salazar ameaçava então usar a força. Ao contrário, a estratégia que seguiu foi reduzir ao mínimo as forças então existentes. Se foi admitida a possibilidade, pelo governo português, em 1955, da questão de Goa não se resolver por meios pacíficos, será caso para nos interrogarmos porque se não tomaram as medidas ao alcance do país, para que isso fosse visível e, ao contrário, se reduziram ao mínimo as forças armadas nos territórios, apresentando-se a situação dramática em 1961?

Simplesmente porque a estratégia adotada, não correspondeu à política definida. Se marchámos para Angola “ rapidamente e em força” porque não se adotou semelhante atitude para com a Índia, já que ainda se não tinham aberto as frentes de Guiné e de Moçambique, para as quais houve forças?

Pela simples razão que em Goa (com a vizinha Índia), em Macau (com a vizinha China) e em Timor (com a vizinha Indonésia) se admitiu certamente serem indefensáveis. Mas determinava-se politicamente que fossem defendidas a todo o custo. Incoerentemente com a política definida usava-se uma estratégia de risco mínimo e o sacrifício máximo. Portugal não foi de facto do Minho a Timor mas do Minho ao Rovuma. Do Minho a Moçambique. No oriente quanto menos efetivos menos dramatismo, mas quem lá estivesse era politicamente, para se sacrificar, heroicamente ou não. Exigia-se “abnegação” e “sacrifício com os olhos postos bem no Alto” em “autêntica batalha de sacrifício”, “lutando até ao último homem, o último vívere, o último cartucho.” Este sentimento das chefias militares nacionais expressa em Parecer do Conselho de Chefes de Estado Maior do Exército e da Armada, de 11 de Janeiro de 1963, sobre os acontecimentos, representa a interiorização de política e de uma estratégia premeditada e assumida de risco mínimo e sacrifício máximo. O mesmo conceito foi aplicado em Macau e em Timor. Diga-se que até mesmo depois do 25 de Abril. A vida da nossa geração foi especialmente condicionada por três figuras políticas dominantes. Um político idealista teimoso, a que se seguiu um político idealista pouco corajoso e depois um político descolonizador tempestuoso. Foi com o primeiro, o político idealista teimoso, que caiu a Índia Portuguesa.

A intranquilidade do seu governo foi gerada por causas próximas que se agudizaram a partir do ano de 1957 e que determinaram as circunstâncias da queda da Índia. Assinalam-se, como reforço de uma política internacional desajustada, quer queiramos quer não, aos chamados ventos da história, os acontecimentos marcantes da vida nacional, nomeadamente: - A oposição do General Humberto Delgado que conduziu a eleições, a oposição dos “católicos progressistas” e a carta do Bispo do Porto e a sua conseqüente saída de Portugal, a visita do General Eisenhower a Portugal e a viragem americana com a vitória de John Kennedy nas eleições americanas do mesmo ano 1960, a que se segue o início da guerra em Angola 1961, precedida dos episódios da crise do pacote Santa Maria com Henrique Galvão e o golpe de Botelho Moniz. Pela primeira vez, e iniciando um duelo de palavras e ações que se seguiriam, os Estados Unidos aprovam uma moção apelando às autoridades portuguesas que reformassem a administração local e adotassem medidas tendentes a obter a independência de Angola. A União Soviética adotava idêntica atitude apoiando movimentos contrários dos EUA. Na Europa a grande Inglaterra e a grande França, viam refluir o seu Império. A conferência de Bandung produzia os seus efeitos. Estas as causas próximas que aceleraram a queda da Índia. Se em Angola, 4 de Fevereiro e 15 de Março de 1961 assinalam o início da guerra em África, acontece que em Goa, a 30 do mesmo mês e ano, é assinalada uma incursão armada na fronteira Norte de Goa.

Em Angola, depois Moçambique e Guiné a discussão política, militar e diplomática duraria treze anos. Em Goa, a profunda discussão, após a Índia ter comunicado aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha que tencionava “integrar a Índia portuguesa nos seus territórios nos meses mais próximos” duraria realmente meses. O povo português foi então acusado por Nheru, em 1961, de estar a viver noutro século e que o tempo da diplomacia se tinha esgotado. A análise de toda a informação disponível e a sua interpretação, não podia se não levar à conclusão de que o emprego da força, noutras proporções para obter efeitos decisivos, era altamente provável. Acontece que da nossa parte já em 1955, portanto seis anos antes, Salazar em comunicado da Presidência do Conselho de Ministros, como já referi, afirmava Portugal disponível para usar a força. Uma conclusão é lícito retirar. Enquanto a União Indiana evoluiu do desejo de negociação confirmado em 1952 para um aumento graduado da ameaça, seguido de agressão em 1961, Portugal evoluiu da determinação do emprego da Força em 1952, para a redução dessa mesma Força a um nível que impedia qualquer negociação, porque seria sempre numa posição de extrema fraqueza.

Da leitura do livro Revisitar Goa Damão e Diu, permite uma análise clara do que sucedeu, mas outras fontes e a consulta de relatórios e relatos existentes, podemos logicamente concluir que no processo de decisão português, não foram pelo Comandante-Chefe, consideradas, em termos de estudo de situação de informações, as reais possibilidades do inimigo realizar uma ofensiva, em que a possibilidade mais provável coincidia com a mais perigosa, nem tão pouco as suas intenções, sistematicamente reveladas. Nem os indícios técnicos existentes. Mas foi

dada sim importância determinante para as ações a tomar por Portugal, em Goa, às eventuais características pessoais do chefe inimigo com as suas supostas doutrinas pacifistas. Quando a “questão de Goa” se desenvolve nestes termos, política e diplomaticamente durante uma década, não deixa de ser surpreendente que na última ordem política emitida, se exijam aos militares oito dias para ganhar tempo diplomático, sabendo que, mesmo que fosse ganho, a haver negociações, seriam sempre, como já referi, em posição de extrema fraqueza.

Surpreendente é a resposta do governador ao aceitar pacificamente essa ordem. Certamente respondeu como Governador, ou seja, como um político responde a um político. Não respondeu como General Comandante-Chefe, perfeitamente conhecedor dos inadequados meios militares disponíveis, em pessoal e material e da falta de condições de organização do terreno e da preparação dos meios, e da falta de mentalização e doutrinação para uma defesa a todo o custo, como lhe haviam determinado e era conhecido ao longo dos anos, que era a missão a cumprir. Justiça seja feita que, em termos políticos, a prática foi mais de rotura perante as ordens recebidas do que a referida resposta. De facto recusou a trasladar S. Francisco Xavier para Portugal, dizendo que era património de todos os portugueses e indianos. Recusou-se a retirar os aviões civis disponíveis para Carachi dizendo que eram necessários para fazer evacuações. Recusou-se a participar na destruição da Roma do Oriente. Recusou-se a sacrificar a população goesa. Recusou-se finalmente, fruto das circunstâncias ou do seu íntimo, a sacrificar os seus 4200 homens perante uma ofensiva de 45.000 homens com 25000 em reserva, devidamente equipados e com supremacia aérea e superioridade de fogos e naval a rondar a supremacia. Isto não impede de se reconhecer, dever ser considerada deficiente a preparação e a conduta das operações, bem como algumas rendições extemporâneas sem empenhamento efetivo em combate.

Política e militarmente exigia-se em Lisboa a inscrição de mais mártires na História de Portugal. Do relatório e parecer final pode ler-se; “Em muitas batalhas dos portugueses não só em Aljubarrota e em África como até no próprio oriente foi bem diferente a atitude dos chefes”. É evidente, como já referi, que em termos políticos e militares, a nível nacional, o conceito do “rapidamente e em força” foi unilateral e injustamente aplicado. Aplicou-se em Angola. Não foi aplicado em Goa. Ambos eram ao tempo, considerado território nacional. E se foi entendido que tal conceito não podia ser aplicado em Goa, só podia haver um caminho, prepararem formas de negociação digna. Exigir aos militares o sacrifício total, só se o governo tudo tivesse feito para garantir os meios mínimos possíveis para que moralmente o pudesse exigir. É por todos reconhecido que isso não aconteceu. A análise política e militar da situação de Goa, vista de Lisboa, não foi pois a mais correta. Mas em termos militares locais, parece ter havido, ao longo dos anos, de facto, uma certa apatia. Estive em comissão em Macau em 1975/78. Tive ocasião de observar que os planos existentes de defesa a todo o custo do território, vindos dos anos cinquenta, tinham materialização na organização do terreno e visitei as trincheiras ainda existentes na área do Farol da Guia e Portas do Cerco bem como as posições preparadas de

artilharia. Aliás na linha do início do século, da construção da fortaleza do Monte, em 1917. Mas, não só as políticas, mas os tempos e os equipamentos, exigiram a alteração profunda dos conceitos estratégicos da defensiva e da ofensiva. Sinceramente me interroguei como se pôde pensar-se em meados do século XX, numa defesa a todo o custo de Macau. Mas os planos estavam ali e o terreno para isso tinha sido preparado.

Fui responsável pela Segurança do Território de Macau. Fui responsável pela reorganização das Forças Armadas e Militarizadas de Macau. Da análise então feita no estudo de situação de informações concluí em 1975: As Forças Armadas não têm missão viável a cumprir no território. Macau tem um problema de segurança interna. A defesa externa só poderá ser garantida por meios diplomáticos. Essa decisão, superiormente aceite, permitiu anos de tranquilidade necessária a negociações que permitiram, se assim lhe quiserem chamar, uma “descolonização exemplar”. Do que tenho lido e ouvido, em Goa, não me apercebo que em termos militares, os planos datados dos mesmos anos cinquenta e posteriores, fossem treinados, tivessem induzido espírito de missão de defesa a todo o custo, ou tivessem mesmo implantação no terreno. A organização do terreno, materializando o conceito dos planos de defesa e o seu treino periódico, não me parece terem existido. Esse facto terá provavelmente resultado em alguma desorganização, em especial no último reduto previsto para a defesa de Goa. Enfim, no oriente, quanto menos efetivos houvesse menos dramatismo haveria, mas quem lá estivesse no momento errado, era para sacrificar. Concluindo direi que não só a obra em apreço como tudo quanto tenho lido sobre o assunto me permitem concluir:

Terá sido uma análise política menos correta a nomeação de um Governador e Comandante-Chefe a quem foi transmitida, ou assumida, mais a preocupação de, utilizando a sua formação de engenheiro militar, recuperar o património da Roma do Oriente, do que propriamente a preocupação da defesa do território que se veio a revelar como prioridade decisiva.

As Chefias Militares em Lisboa, interiorizaram a política do governo, assumiram e terão mesmo aconselhado a estratégia do risco mínimo e o sacrifício máximo, estratégia que veio a adotar-se a todo o oriente.

As Chefias militares em Goa, superiores e algumas intermédias, minimizaram durante anos a preparação das forças existentes, do que resultou na hora decisiva, alguma falta de clarividência na análise das possibilidades do inimigo, falta de espírito de missão, relativamente à missão recebida, o que conduziu, mesmo sem transmissões e outros meios de ligação, a alguma desorientação e rendições extemporâneas, sem empenhamento em combate.

Horas extraordinariamente difíceis que só o tempo passado nos permite hoje, com liberdade intelectual embora condicionada, como sempre, pelas informações e conhecimentos obtidos, fazer de espírito aberto, os comentários suficientemente

informados. Comentários que colocámos a nível político, da estratégia geral e da estratégia operacional e jamais ao nível tático. A ação no terreno é sempre o reflexo da ação de comando. Em honra, dos que nessas horas viveram este momento difícil da História de Portugal, evoquemos a memória dos que caíram na Índia, nomeadamente os quinze caídos em Goa, os sete caídos em Damão e os dois caídos em Diu. Salientemos António do Rosário e Aniceto do Rosário da PEI, as primeiras vítimas, Santiago de Carvalho do Exército e Oliveira e Carmo da Marinha, como símbolos daqueles que caíram, bem como dos que hoje podem testemunhar o que foi um erro político e um sacrifício militar.

O livro Revisitar Goa Damão e Diu é um belo testemunho escrito desse erro e desse sacrifício.